

## UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL PARA OS TERRITÓRIOS DO ESTADO DO PARANÁ

Alysson Luiz Stege<sup>1</sup>

Carlos Eduardo de Freitas Vian<sup>2</sup>

Ricardo Rippel<sup>3</sup>

STEGE, A. L.; VIAN, C. E. de F.; RIPPEL, R. Uma análise multidimensional do desenvolvimento rural para os territórios do estado do Paraná. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 16, n. 1, p. 5-33, jan./jun. 2015.

**RESUMO:** O presente estudo teve por objetivo demonstrar o grau de desenvolvimento rural para os sete territórios rurais do estado do Paraná, por meio da elaboração de um indicador sintético, o Índice de Desenvolvimento dos Territórios Rurais – IDRT, utilizando variáveis de cunho social, demográfico, político institucional, econômico e ambiental (cinco dimensões). Como metodologia, calculou-se o IDTR da média aritmética dos índices das cinco dimensões, em seguida determinou-se o IDTR por meio da média harmônica. Como conclusão, verificou-se que o grau de desenvolvimento dos territórios rurais está distribuído de forma heterogênea entre os territórios e as dimensões. Conclui-se que o território que apresentou o melhor indicador no agregado foi o território sudoeste paranaense, o pior foi o território Caminhos do Tibagi.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento rural; Paraná; IDRT.

## A MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS OF RURAL DEVELOPMENT IN THE STATE OF PARANA

**ABSTRACT:** The present study aimed to demonstrate the degree of rural development for the seven rural areas of the state of Parana, through the development of a synthetic indicator, the Index of Development of Rural Areas – IDRT using social, demographic, political-institutional, economic and environmental varia-

<sup>1</sup>Economista pela UEPG. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da ESALQ/USP. Avenida Pádua Dias, 11. CEP: 13.418-900. Piracicaba, SP. Caixa-Postal 9.

<sup>2</sup>Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor Doutor da ESALQ/USP. Avenida Pádua Dias, 11. CEP: 13.418-900. Piracicaba, SP. Caixa-Postal 9. Coordenador do Grupo de Extensão e Pesquisa em História da Agricultura e dos Complexos Agroindustriais (GEPHAC). E-mail: cefvian@esalq.usp.br

<sup>3</sup>Doutor em Demografia pela UNICAMP, Pós-Doutorando em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do Curso de Economia da UNIOESTE - Campus de Toledo. Líder e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) da Unioeste – Campus de Toledo / CNPQ e Coordenador do GT Migração da ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais. E-mail: ricardo.rippel@unioeste.br; ricardorippel@yahoo.com.br

bles (five dimensions). The arithmetic mean of the IDTR indexes for the five dimensions were calculated, and the IDTR was determined using the harmonic mean. The results demonstrated that the degree of development in rural areas is heterogeneously distributed among the regions and dimensions. It can be concluded that the territory that presented the best index was in the southwest of the state, and the worst one was the Caminhos do Tibagi area.

**KEYWORDS:** Rural development; Paraná state; IDTR.

## UNA ANÁLISIS MULTIDIMENSIONAL DEL DESARROLLO RURAL PARA ÁREAS DEL ESTADO DE PARANÁ

**RESUMEN:** El presente estudio tuvo como objetivo demostrar el grado de desarrollo rural para las siete áreas rurales del Estado de Paraná, por medio de elaboración de un indicador sintético, el Índice de Desarrollo de Territorios Rurales – IDRT, utilizando variables de carácter social, demográfico, político institucional, económico y ambiental (cinco dimensiones). Como metodología, se calculó el IDTR de la media aritmética de los índices de las cinco dimensiones, enseguida, se determinó el IDTR a través de la media harmónica. Como conclusión, se verificó que el grado de desarrollo de las zonas rurales se distribuye de forma heterogénea entre los territorios y dimensiones. Se concluye que el territorio que mostró el mejor indicador no agregado fue el territorio sudoeste Paranaense, lo peor fue el territorio Caminos del Tibagi.

**PALABRAS CLAVE:** Desarrollo rural; Paraná; IDRT.

---

### 1 INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, as últimas décadas trouxeram importantes transformações na interpretação e análise da agricultura e da sua relevância no desenvolvimento nacional, principalmente na forma como o pensamento dos economistas acadêmicos e dos *policy makers* modificou-se. Isto é muito evidente, especialmente quando se enfatiza na análise a questão da dimensão da agricultura no desenvolvimento interno e no processo que se estabelece vez que se admite a existência de uma inata complexidade e multidimensionalidade no assunto, derivados das questões regionais e institucionais.

Há que se observar que em décadas passadas, a agricultura era vista apenas como um ator coadjuvante no processo de desenvolvimento, onde a indústria era o motor deste processo. Hoje, porém, esta percepção evoluiu e a agricultura bem como a indústria são encaradas como setores fundamentais no desenvolvimento dos territórios, das regiões ou países. Analisando a questão Johnston e Mellor (1961), apontam que a agricultura contribui para o desenvolvimento, pois

exerce as seguintes funções: a) providencia a oferta de alimentos; b) aumenta as exportações; c) transfere mão de obra da agricultura para outros setores; d) contribui para a formação de capital; e, e) o aumento da renda líquida da agricultura serve de estímulo para a industrialização.

Isto posto, pode-se afirmar que atualmente no Brasil a agricultura consegue exercer todas as funções citadas, desempenhando um papel essencial no desenvolvimento econômico nacional. Contudo grande parte dos participantes do sistema de produção não consegue usufruir destes ganhos, dadas as características heterogêneas de caráter técnico, social e regional da mesma por conta da modernização conservadora, que aumentou as disparidades nestes pontos.

Neste contexto, o Paraná detém importante papel uma vez que o estado vivenciou inúmeras e importantes mudanças no setor, que refletiram na organização e estruturação econômica e demográfica desta unidade da federação refletindo nos âmbitos econômico, social, ambiental e produtivo, provando efeitos que transbordaram para o meio rural e do meio rural para o urbano.

Mediante este panorama, o presente estudo tem como objetivo maior elaborar um Índice de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (IDTR) do estado do Paraná, utilizando para tanto um conjunto de indicadores sociais, demográficos, econômicos, políticos institucionais e ambientais, buscando assim construir, portanto, um indicador que leve em conta a complexidade e a multidimensionalidade do tema.

O estudo justifica-se pela necessidade de se conhecer o atual estágio de desenvolvimento do Paraná, conquanto se conhecendo esta realidade pode-se adotar e executar ações mais estruturadas e voltadas à superação dos desníveis do desenvolvimento da área em questão, o que facilita a adoção de estratégias que promovam uma melhoria no bem-estar dos indivíduos.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Para se entender o desenvolvimento rural, é necessário primeiramente compreender alguns conceitos como: meio rural, desenvolvimento econômico e desenvolvimento rural.

### **2.1 O meio rural**

Hodiernamente quando se discute a questão do que é o rural, o primeiro aspecto que se sobressai na questão é sua dimensão geográfica, donde afloram os elementos locacionais e territoriais do mesmo. Analisando-se então o aspecto geográfico do meio rural, vê-se que pode ser usualmente aferido por algum vetor de distância econômica. De tal modo que existem lugares mais isolados do que

outros, onde alguns serão “mais rurais” do que outros. Admitindo-se que a distância econômica se refira aos custos de se superarem as barreiras no espaço, ser rural significa operar sobre a desvantagem econômica de se ter custos maiores do que em outros lugares, os quais são “menos rurais”. (HITE, 1999).

Levando-se em consideração o cenário completo da questão no âmbito locacional, Wiggins e Proctor (2001, p. 428), sustentam que não há uma definição exata para o termo rural, pois o mesmo se refere a coisas do campo, o qual se constitui num “[...] espaço onde a infraestrutura dos assentamentos humanos ocupam apenas pequenos espaços de paisagens, as quais são dominadas por campo, pastagens, bosques e montanhas”. De modo que para os autores existem três fatores que caracterizam o rural, a saber: i) abundância de terras; ii) grandes distâncias entre as áreas rurais e as cidades; e, iii) habitantes que vivem no campo são relativamente mais pobres em relação aos que vivem na cidade.

Já Terluin (2003) e Driven (2004), argumentam que uma região rural constitui-se basicamente numa questão de natureza territorial. Tanto que Terluin (2003, p. 328), a define como “[...] uma unidade territorial com uma ou mais cidades de tamanho médio ou pequeno, rodeada por grandes áreas de espaço aberto, com uma economia regional, compreendendo atividades agrícolas, industriais e de serviços”. Driven (2004), por sua vez, argumenta que a maioria das zonas rurais se caracteriza por uma baixa densidade populacional e por grandes distâncias físicas.

Gomez (2001), ao tratar da questão, argumenta que a visão tradicional do que é rural indica o local onde a população se ocupa de atividades agropecuárias, espaços com baixa densidade demográfica e baixas condições de bem estar, o que por sua vez gera um atraso tanto material quanto cultural.

Outros autores da sociologia rural, Sorokin et al. (1981, *apud* GOMEZ, 2001) e Baptista (2001), diferenciam o meio rural do urbano a partir de variáveis ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações e sistema de integração social. Miller e Luloff (1981), apontam que a ruralidade está em um âmbito multidimensional e que possui três dimensões: ocupacional, ecológica e sociocultural.

Justamente em função desta multidimensionalidade do rural, percebe-se que não existe uma definição que seja universalmente utilizada a este respeito e, segundo Abramovay (2000), isto geraria uma tentativa vã de localizar uma melhor e mais consolidada definição entre as atualmente existentes.

Há, porém, um complicador na questão, ou seja, quando se considera o tema, existe uma definição administrativa, técnica e até funcional da atual concepção do rural, qual seja a atribuída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que defini o rural como sendo a “[...] área externa ao perí-

metro urbano de um distrito, composta por setores na seguinte situação: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados.” (IBGE, 2002, p. 66). Esta definição é considerada formal por Rippel (2013), além do mais, também é considerada arbitrária por diversos pesquisadores dada a complexidade da questão, mas que o IBGE utiliza para classificar os domicílios brasileiros e, também, para facilitar seu estudo e análise.

Independente das definições utilizadas pode-se citar um grupo de características que definem o meio rural, são elas: i) maior relação com a natureza; ii) maiores distâncias entre os centros urbanos e rurais; iii) menor concentração de pessoas no meio rural, gerando um menor contato social; e, iv) um predomínio de atividades econômicas e ocupações que utilizam recursos naturais. (KA-GEYAMA, 2008). Por outro lado, pode-se destacar que o meio rural se diferencia regionalmente em função das características socioculturais, ecológicas e econômicas de cada local. Por isso, existe uma multiplicidade de formas de desenvolvimento rural e de relação deste com o meio urbano. Assim, deve-se conciliar o estudo mais amplo com estudos de casos locais e regionais.

## 2.2 Desenvolvimento econômico

Segundo Rippel (2005, p. 20):

Entender um processo de desenvolvimento é muitas vezes algo difícil de ser realizado, pois isso implica em dificuldades oriundas dos limites relativos à capacidade de mensurá-lo, pois o mesmo envolve diversos aspectos e é um processo amplo e complexo. E, se, à tarefa, forem agregados os indicadores econômicos, sociais e demográficos como elementos componentes da questão, a dificuldade se amplia.

Cumprido, então, resgatar alguns conceitos básicos a respeito do mesmo, reportando-se à Kuznets (1983), para quem o desenvolvimento é em sua essência, um processo de crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia, assim:

Identifica-se o crescimento econômico das nações com um aumento sustentado do produto per capita ou por trabalhador, acompanhado muitas vezes de um aumento populacional e geralmente de mudanças radicais de estrutura. Nos tempos modernos, são mudanças da estrutura industrial, dentro da qual o produto foi gerado e os recursos foram empregados – fora das atividades agrícolas e no sentido das atividades não agrícolas, num processo de industrialização na distri-

buição da população entre o campo e as cidades, num processo de urbanização. (KUZNETS, 1983, p. 7).

Ademais diversos autores, entre eles, Hirschmann (1961) e Furtado (1985; 1987), apontam que a ocorrência do desenvolvimento depende de alguns fatores essenciais: a) situação geográfica, b) passado histórico, c) extensão territorial, d) população, e) cultura, e, f) recursos naturais. Neste movimento ainda segundo Rippel (2005), a participação da população no processo é fundamental, e isto ocorre de tal forma que na obtenção do desenvolvimento, pode-se verificar que as mudanças que caracterizam o processo constituem-se essencialmente no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão de obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo; elementos estes que trazem em evidência as marcantes características do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento rural, apesar de que o desenvolvimento por si só, enquanto conceito científico abrange todos os conceitos de desenvolvimento.

Hirschmann (1961) trata o desenvolvimento como um acontecimento amplo que implica a elevação dos níveis qualitativos de vida. Suas proposições expressam-se na crítica às teorias convencionais de desenvolvimento, que colocavam a inexistência ou a escassez de alguns pré-requisitos estruturais indispensáveis como sendo os fatores responsáveis pela impossibilidade de se levar adiante um processo de desenvolvimento. Busca, então, a identificação de um mecanismo capaz de induzir ao crescimento econômico e o desenvolvimento, e acaba por perceber que o mesmo se dá por meio de uma sucessão preestabelecida de etapas, e superá-las constitui-se no elemento essencial à sua obtenção.

Diante disto, localizam-se na realidade das regiões e dos países as condições essenciais para alcançar o desenvolvimento. Procuram-se, então, respostas de cunho interno nas próprias economias, e não apenas condições externas. Assim elabora-se uma teoria fundamentada na ideia de que o desenvolvimento é fruto de uma ou de várias situações de desequilíbrio econômico ou social e que o mesmo é obtido quando as sociedades e as economias buscam superar tais desequilíbrios e como resultado alcança o desenvolvimento.

Outra autora a analisar a questão, Kageyama (2008), argumenta no mesmo sentido que o desenvolvimento rural está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento econômico, pois, as noções gerais do desenvolvimento econômico aplicam-se ao conceito de desenvolvimento rural.

Para Milone (2004), antes do surgimento do capitalismo existia uma estagnação entre os estágios de desenvolvimento nas sociedades. Com o surgimento do capitalismo, ocorreram sucessivas mudanças tecnológicas bem como

acumulação do capital, alterando as estruturas das sociedades, o que por sua vez elevou a produção industrial mundial em um patamar maior do que o crescimento populacional.

Da observação destes fatos, tentou-se identificar quando acontece o crescimento de uma sociedade, chegando-se à conclusão de que o crescimento econômico ocorre devido a: a) acumulação de capital; b) crescimento populacional; e, c) ao progresso tecnológico. (MILONE, 2004).

Neste contexto, o crescimento é descrito como um processo de transformação, onde a economia passa por estágios de crescimento, surgindo então as teorias desses estágios. Estas dividem o processo de crescimento econômico em diferentes fases, onde as dimensões dos setores alteram-se continuamente, a partir de fatores diferentes. (MELO, 2006).

É importante observar que os trabalhos que abordam o desenvolvimento econômico, sobretudo nas primeiras fases desse processo, dão ênfase à importância da agricultura, merecendo um comentário específico: qual é o papel da agricultura no processo de desenvolvimento?

Muitos autores contribuíram para o entendimento desse papel da agricultura. Segundo Albuquerque e Nicol (1987) e Accarini (1987), o trabalho de Johnston e Mellor (1961), é considerado o marco na referência sobre o assunto. Segundo estes autores, o aumento da produção e da produtividade na agricultura e, por extensão, no setor rural, poderiam oferecer contribuições ao processo de crescimento econômico em sua fase inicial.

Percebe-se que existem várias atribuições da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, mas vale ressaltar que se trata de uma colocação de maneira geral, “[...] pois a importância relativa das funções do setor rural se altera ao longo do processo de desenvolvimento econômico [...]” (ACCARINI, 1987, p. 64).

No fim dos anos de 1940, surgem as teorias de desenvolvimento regional, tendo origem teórica os postulados da teoria da localização desenvolvida por Von Thünen, Weber, Christaller e Losch. (SOUZA, 2009).

A partir da década de 1950, segundo (MELO, 2006), desenvolveram-se conceitos de desenvolvimento regional que atraíram a atenção dos sistemas de planejamento, destacando-se os conceitos de: a) polo de crescimento, de Perroux (1955); b) causação circular acumulativa, de Myrdal (1957); e, c) efeitos de ligamento para frente e para trás, de Hirschman (1958).

A partir deste ponto é necessário diferenciar na prática os processos de crescimento e de desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Define-se crescimento econômico como sendo o aumento contínuo do Produto Interno Bruto - PIB em termos global e *per capita* ao longo do tempo. (MILONE, 2004; NAFZIGER, 2006).

Na visão de Jorge e Moreira (1995), crescimento econômico implica alteração na taxa de crescimento ou na estrutura da economia, ou em ambas.

Já o termo desenvolvimento econômico se refere ao crescimento econômico acompanhado por mudanças na distribuição do produto e na estrutura da economia. Estas mudanças podem incluir uma melhoria no bem-estar da população, um aumento na participação do produto interno bruto na indústria e serviços, um aumento na educação, na força de trabalho em vigor e substanciais avanços tecnológicos. (NAFZIGER, 2006).

### 2.3 Desenvolvimento rural

Uma vez conceituado o meio rural e o desenvolvimento econômico, parte-se para o conceito de desenvolvimento rural.

Segundo Navarro (2001), não existe no meio brasileiro um contínuo trabalho que verifique as políticas adotadas para o meio rural, o que por sua vez leva a algumas interpretações errôneas a certas expressões ligadas ao desenvolvimento rural. Neste sentido, Gonçalves (1999), diferencia a questão agrícola da questão agrária. Por questão agrícola se entende como ocorrem as mudanças na produção em si mesma, o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Por outro lado, a questão agrária estuda as transformações nas relações de produção de como produzir e de que forma produzir. Para a questão agrícola as principais variáveis a serem verificadas são o preço e as quantidades produzidas, já a questão agrária, por exemplo, estuda o nível de renda e a oferta e demanda por trabalho rural.

Ademais, observa-se que tanto a questão agrária quanto a questão agrícola, possuem uma forte ligação com as expressões desenvolvimento agrário e agrícola, pois segundo Navarro (2001, p. 86), “[...] o desenvolvimento agrícola refere-se, portanto à base propriamente material da produção agropecuária [...] e desenvolvimento agrário, normalmente, refere-se às interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior.”

O debate acerca do desenvolvimento rural é relativamente recente. Para Ellis e Biggs (2001) e Conterato (2008), o debate internacional a respeito do desenvolvimento rural ganha força ao se constatar que a modernização da agricultura agravou os problemas sociais, econômicos e ambientais. Porém, no Brasil esse debate só é intensificado nos anos 90 quando “[...] a agricultura familiar passou a centralizar os esforços para o fortalecimento dos processos de desenvolvimento em áreas rurais.” (CONTERATO, 2008, p. 46).

O conceito de desenvolvimento rural é mais amplo por englobar os outros dois conceitos de desenvolvimento citados anteriormente, tendo isso em vista, Navarro (2001, p. 88), define desenvolvimento rural como “[...] uma ação



previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural.”

Para Ploeg et al. (2000) e Kageyama (2004), o desenvolvimento rural deve procurar novos produtos, novos mercados, novas tecnologias, ou seja, deve buscar um novo modelo, em que haja muitos atores, em muitos níveis e com vários processos de produção.

Desta forma, o desenvolvimento rural é visto como um processo que envolve as dimensões econômica, sociocultural, político institucional e ambiental (PLOEG et al., 2000; KAGEYAMA, 2004, 2008; CONTERATO, 2008) e não apenas como um processo de crescimento econômico medido unicamente pelo produto ou renda *per capita*.

Para os autores supracitados, definir o que é desenvolvimento rural é uma tarefa complicada, pois a economia rural não é uma disciplina independente e requer a união de outras disciplinas que lidem com o desenvolvimento da região rural. Ainda, de acordo com os mesmos autores, as disciplinas que podem ajudar no estudo são a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos rurais.

Outra abordagem para o desenvolvimento rural é fornecida por Ellis (1998 e 1999), porém, para países em desenvolvimento. Este enfoque tem sua origem nas pesquisas concentradas na redução da pobreza e sustentabilidade. Na visão deste autor, a diversificação é o fator para o desenvolvimento rural. Por diversificação, ele entende como uma situação em que a reprodução socioeconômica e cultural é garantida a partir de um portfólio diversificado de ações, iniciativas, escolhas e não apenas a diversificação nos meios de geração de renda, tanto agrícolas como não agrícolas.

De acordo com Ellis e Biggs (2001), o desenvolvimento rural é como um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, estimulando os habitantes rurais a se tornarem capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança.

Para Epstein e Jezeph (2001), existe um paradigma de desenvolvimento tendo como base a relação rural-urbano, pois, não existe “o desenvolvimento rural” como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. (VEIGA, 2000).

Segundo Epstein e Jezeph (2001), os países em desenvolvimento concentram seus recursos no desenvolvimento urbano-industrial, negligenciando as áreas rurais. A negligência das áreas rurais provoca um alto nível de pobreza e conduz a uma elevada taxa de migração rural-urbana. O contínuo aumento da migração rural-urbana para as cidades eleva o número de moradores em favelas gerando graves problemas de urbanização nas cidades. Desta forma os autores sugerem que os *policy makers* adotem políticas que tornem as áreas rurais mais

atrativas para seus moradores mais pobres, com a intenção de fazê-los permanecer em seus lugares nativos. Se as políticas adotadas forem bem sucedidas, elas beneficiarão tanto as áreas rurais, quanto reduzirão os problemas de urbanização, provocados pela migração rural-urbano.

Nesta abordagem o desenvolvimento rural e o urbano devem ser encarados como processos complementares, assegurando um processo de desenvolvimento equilibrado. (EPSTEIN; JEZEPH, 2001).

Uma visão aproximada de Epstein e Jezeph (2001), é fornecida por Saraceno (1994), o qual afirma que a dinâmica do meio rural não deve ser estudada de forma isolada, deve-se levar em conta a dinâmica do meio urbano também. Faz-se necessário a junção do meio rural com o meio urbano, pois se tenta verificar a existência de uma maior integração dos mesmos. Uma vez confirmado a existência desta interação, se faz necessário um conceito que una ambos.

Segundo Saraceno (1994), são as diferenças regionais que explicam as mudanças espaciais, ao longo do tempo. Ainda segundo o autor, as áreas rurais e as economias locais não se reproduzem isoladamente, mas fazem parte de um sistema econômico integrado. Esta abordagem traz para o centro da investigação a análise territorial do desenvolvimento rural.

De acordo com Instituto *Nazionale di Economia Agrária* – INEA (2000, apud KAGEYAMA, 2008), o processo de desenvolvimento rural deve reunir tanto a agricultura quanto outras atividades setoriais, como por exemplo setor industrial e de serviços, onde a agricultura deve participar na criação de empregos e renda, contribuir para a preservação da paisagem e do meio ambiente desde que use técnicas eco-compátíveis, fornecendo às demais atividades setoriais às bases para a integração intra e intersetorial. O desenvolvimento das comunidades rurais também deve ser baseado na perspectiva da análise territorial, com suas dimensões social, histórica e cultural.

Van Depoele (2000), corrobora com esta visão argumentando que uma política de desenvolvimento rural deve ser multissetorial e possuir um enfoque territorial para uma maior coesão econômica e social.

### 3 ÁREA DE ESTUDO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Área de estudo

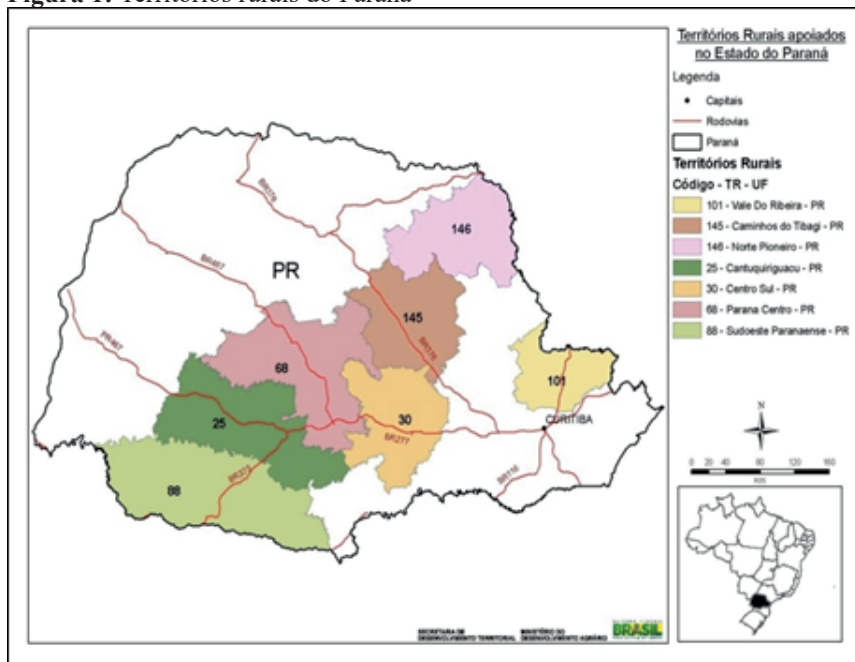
O presente estudo tem como unidade de análise os territórios rurais do estado do Paraná, assim definidos pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial - SDT subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, como se pode ver pela Figura 1. Buscam-se com esta unidade de análise verificar as particularidades de cada território rural paranaense, permitindo verificar os de-

terminantes de sua evolução, as potencialidades de cada unidade analisada e as especificidades de cada uma.

De acordo com Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2004), o estado do Paraná está localizado à esquerda do Meridiano de *Greenwich* e abaixo da Linha do Equador, no Hemisfério Sul. É cortado pelo Trópico de Capricórnio, que passa pelas cidades de Apucarana, Carlópolis e Rondon, situa-se na região sul do Brasil, possuindo como limites os estados de São Paulo (norte), Mato Grosso do Sul (nordeste) e Santa Catarina (sul), as Repúblicas do Paraguai (oeste) e da Argentina (sudeste) e o Oceano Atlântico (leste).

No que diz respeito aos territórios rurais, o Paraná possui sete territórios rurais, ocupando uma área de 82.892,3 Km<sup>2</sup>, representando 41,47% do território paranaense (SDT, 2010). Os territórios rurais do Paraná dividem-se em: i) Cantuquiriguaçu; ii) Centro Sul; iii) Paraná Centro; iv) Sudoeste Paranaense; v) Vale do Ribeira; vi) Caminhos do Tibagi; e, vii) Norte Pioneiro. A Figura 1 apresenta os sete territórios rurais do Paraná.

**Figura 1:** Territórios rurais do Paraná



Fonte: SDT (2010)

### 3.2 Método de análise

O objetivo do estudo é verificar o desenvolvimento rural de cada um dos territórios rurais do estado do Paraná. Para o cumprimento deste objetivo foi escolhida como ferramenta metodológica a elaboração de um indicador multidimensional sintético, o Índice de Desenvolvimento dos Territórios Rurais – IDTR, o qual envolve a dimensão social, demográfica, político institucional, econômica e ambiental.

Segundo Stankiewicz (2010), um indicador é um instrumento importante, pois permite a comparação do progresso entre regiões, estados ou países e tal informação pode ser utilizada nas tomadas de decisões, contribuindo assim para que os recursos sejam destinados às áreas realmente mais carentes.

O método utilizado para a elaboração do IDTR está fundamentado nos trabalhos de Sepúlveda (2005), Waquil et al. (2007) e Conterato (2008). Este método consiste no cálculo da média ponderada dos índices elaborados para cada uma das cinco dimensões, os quais foram obtidos pela média ponderada das variáveis consideradas. De acordo com Waquil et al. (2007, p. 9), não existem “argumentos claros para atribuir pesos diferenciados, ou seja, levando em consideração o mesmo peso para todas as variáveis e dimensões de modo a não gerar nenhum viés ou tendenciosidade na análise.” Como os pesos são idênticos, calculou-se a média aritmética para o cálculo do IDTR.

Porém, uma ressalva deve ser apontada com relação ao método da elaboração do IDTR. Uma vez que o cálculo do IDTR pela média aritmética é afetado pelos valores extremos e nulos, pode-se obter um indicador enviesado, pois não se levou em consideração a harmonia entre as dimensões consideradas, assim a saída deste problema é a elaboração do IDTR pela média harmônica, uma vez que ao calcular o indicador por este método preza-se o equilíbrio ou harmonia entre as dimensões consideradas. Portanto, primeiramente calculou-se o IDTR da média aritmética, ou seja foi calculado pela média aritmética dos índices das cinco dimensões, os quais também foram calculados pela média aritmética das respectivas variáveis que os compõem e, em um segundo momento, calculou-se o IDTR por meio da média harmônica.

Por conta do conjunto de dados apresentarem diferentes unidades de medidas, se fez necessário, transformar estas variáveis em índices, permitindo a agregação das variáveis para cada dimensão. Este procedimento ajusta o valor das variáveis em uma escala onde o valor mínimo é zero e o valor máximo é um, assim podendo agregar as cinco dimensões.

Segundo Sepúlveda (2005), ao utilizar este método deve-se observar a relação de cada variável com o entorno geral, ou seja, deve-se verificar qual é a relação da variável em questão com o processo de desenvolvimento. Esta relação

pode ser positiva ou negativa. Desta forma, “existe uma relação positiva se um aumento no valor da variável resulta em melhoria do sistema; em contrapartida, a relação é negativa se um aumento no valor da variável resulta em piora do sistema.” (WAQUIL et al., 2007, p. 7). A operacionalização é feita da seguinte forma: seja  $I$ , o índice calculado referente a cada variável, para cada território analisado;  $x$ , o valor observado de cada variável em cada território analisado;  $m$ , valor mínimo considerado; e,  $M$ , o valor máximo considerado. Se a relação for

positiva:  $I = \frac{x - m}{M - m}$ , porém, se a relação for negativa:  $I = \frac{M - x}{M - m}$ .

### 3.3 Descrição das variáveis

Com o objetivo de verificar o grau de desenvolvimento rural dos territórios rurais do Paraná mediante o cálculo de um indicador sintético de desenvolvimento, o Quadro 1 fornece as dimensões, as variáveis, sua relação com o desenvolvimento, o ano e a fonte dos dados utilizados na composição do indicador. A escolha de cada uma das variáveis representa um aspecto importante ao desenvolvimento rural.

### Quadro 1: Dimensões e variáveis do Índice de Desenvolvimento dos Territórios Rurais - IDTR

Dimensão	Variáveis		Ano	Fonte
Social	IDHLONG	IDH-Longevidade (+)	2000	IPARDES
	OBTMENORI	Óbitos de menores de 1 ano por 1000 nascidos (-)	2008	IPARDES
	NCONSENER	Número de consumidores de energia elétrica rural (+)	2008	IPARDES
	CONSENER	Consumo de energia elétrica rural (Mwh) (+)	2008	IPARDES
	PROPESGO	Proporção dos domicílios rurais que possuem sistema de esgoto, rede pública geral (+)	2008	DATASUS
	PROPLIXO	Proporção dos domicílios rurais que possuem lixo coletado por serviço, empresa pública ou particular (+)	2008	DATASUS
	PROPAGUA	Proporção dos domicílios rurais servido de água proveniente de uma rede geral de abastecimento, no domicílio ou no peri-domicílio (+)	2008	DATASUS
Demográfico	DENSID	Densidade demográfica rural (+)	2007	IBGE/Contagem Populacional
	PESSOCUP	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 (Pessoas) (+)	2006	IBGE/Censo Agropecuário
	POPRURAL	Proporção de população rural (+)	2007	IBGE/Contagem Populacional
Político institucional	TRAS/RECEI	Transferências intergovernamentais da união em relação à soma das receitas municipais totais (-)	2008	FINBRA
	PELEIANALF	Proporção de eleitores analfabetos (-)	2008	IPARDES
	PELELEESC	Proporção de eleitores que sabem ler e escrever (+)	2008	IPAREDES
	IDHEDU	IDH-Educação (+)	2000	IPARDES
Econômico	VBP/PESSOC UP	Valor bruto da produção por pessoal ocupado na agropecuária (RS) (+)	2008	IBGE/Censo Agropecuário
	VBP/ESTAB	Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento agropecuário (RS) (+)	2008	IBGE/Censo Agropecuário
	IDHREND	IDH-Renda (+)	2000	IPARDES
	FINAN	Valor dos financiamentos obtidos nos estabelecimentos agropecuários (RS) (+)	2006	IBGE/Censo Agropecuário
Ambiental	A1	Proporção dos territórios que possuem um conselho municipal de meio ambiente (+)	2008	IBGE/Perfil Municipal
	A2	Proporção dos territórios que contaram com recursos específicos para a área ambiental nos últimos 12 meses (+)	2008	
	A3	Proporção dos territórios que não apresentaram poluição do recurso água (+)	2008	
	A4	Proporção dos territórios que não apresentaram contaminação do solo (+)	2008	
	A5	Proporção dos territórios que não apresentaram degradação de áreas legalmente protegidas (+)	2008	
	A6	Proporção dos territórios que não apresentaram desmatamento (+)	2008	
	A7	Proporção dos territórios que não apresentaram alteração que tenha prejudicado a paisagem (+)	2008	
	A8	Proporção dos territórios que não apresentaram queimadas (+)	2008	
	A9	Proporção dos territórios que não apresentaram atividade agrícola prejudicada por problema ambiental (+)	2008	
	A10	Proporção dos territórios que não apresentaram atividade pecuária prejudicada por problema ambiental (+)	2008	

As variáveis de dimensão social estão vinculadas direta ou indiretamente ao bem estar dos domicílios rurais e estão relacionadas com as condições de higiene e salubridade, a qual deve afetar positivamente o desenvolvimento rural. As variáveis de dimensão demográfica buscam medir os aspectos demográficos mais gerais, ou seja, “procuram medir o dinamismo populacional que deveria favorecer o desenvolvimento rural.” (KAGEYMA, 2004, p. 394). Por sua vez, com as variáveis da dimensão político institucional, pretende-se demonstrar como a participação política, o grau de dependência institucional e a educação afetam o desenvolvimento rural das regiões. Com a dimensão econômica, pretende-se verificar o quanto a região é desenvolvida economicamente em seus aspectos mais tradicionais: produtividade e renda. Por fim, utiliza-se a dimensão ambiental, pois a mesma demonstra as condições gerais de uso dos recursos naturais, suas

implicações e consequências para as atividades econômicas e se faz necessário à preservação ambiental para o desenvolvimento.

#### 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De forma a se ter uma análise preliminar das variáveis e dos territórios rurais analisados, apresenta-se no Quadro 2 os valores mínimos e máximos, a média, o desvio padrão e o coeficiente de variação das vinte e oito variáveis analisadas.

**Quadro 2:** Estatísticas básicas das variáveis selecionadas

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coef. Var.
IDHLONG	0,66	0,77	0,71	0,03	4,61
OBTMENOR1	0,03	0,13	0,07	0,03	40,64
NCONSENER	4.930,00	28.501,00	15.658,43	9.674,92	61,79
CONSENER	18.817,00	154.277,00	72.623,43	51.905,92	71,47
PROPESGO	0,00	0,02	0,01	0,01	66,33
PROPLIXO	0,02	0,14	0,06	0,04	59,74
PROPAGUA	0,03	0,14	0,07	0,04	51,31
DENSID	5,17	11,32	8,36	1,97	23,59
PESSOCUP	1.008,00	6.894,00	3.572,57	1.955,98	54,75
POPRURAL	0,26	0,49	0,38	0,08	21,46
TRAS/RECEI	0,38	0,57	0,49	0,06	11,22
PELEIANALF	0,05	0,11	0,08	0,02	26,81
PELELEESC	0,16	0,23	0,20	0,02	12,36
IDHEDU	0,74	0,85	0,80	0,04	4,49
VBP/PESSOCUP	322.691,52	994.846,82	649.755,11	246.252,25	37,90
VBP/ESTAB	1.077.981,82	3.638.411,54	2.310.297,23	1.002.817,66	43,41
IDHREND	0,59	0,65	0,62	0,02	3,43
FINAN	1.944,04	298.043,85	106.878,42	86.895,74	81,30
Amb1	0,17	0,58	0,39	0,12	31,26
Amb2	0,14	0,86	0,53	0,24	44,63
Amb3	0,13	0,60	0,48	0,15	32,17
Amb4	0,64	0,75	0,69	0,04	5,13
Amb5	0,43	0,79	0,68	0,11	16,26
Amb6	0,17	0,57	0,41	0,13	32,98
Amb7	0,58	0,93	0,80	0,11	13,42
Amb8	0,13	0,76	0,49	0,20	40,13
Amb9	0,61	1,00	0,74	0,12	16,12
Amb10	0,67	1,00	0,78	0,11	14,14

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao analisar o Quadro 2 alguns valores chamam a atenção. Em média apenas 6% dos domicílios apresentam lixo coletado por serviço de empresa pública ou particular e 7% possuem água proveniente de uma rede geral de abastecimento, estes números mostram o déficit do saneamento básico nas zonas rurais. Cada território rural apresentou em média: 8 pessoas por Km<sup>2</sup> e 3.572,57 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Na média 38% da população vivem nas áreas rurais destes territórios. Com respeito às variáveis ambientais, em média, apenas 39% dos municípios pertencentes aos territórios rurais possuem um conselho municipal de meio ambiente; 48% dos municípios pertencentes aos territórios rurais não apresentaram poluição do recurso água e 41% dos municípios pertencentes aos territórios rurais não apresentaram desmatamento. Averiguando-se o coeficiente das variáveis em estudo, verifica-se que seus coeficientes de variação são elevados, o que por sua vez demonstra uma grande variabilidade dos dados entre os territórios rurais.

Uma vez realizada uma análise descritiva do conjunto de dados, parte-se para a caracterização de cada uma das cinco dimensões consideradas. A caracterização é realizada de forma comparativa entre os sete territórios rurais, tendo como referência os valores de cada variável na sua forma de índice, onde o valor mínimo é zero e o valor máximo é um.

O Quadro 3 apresenta os dados já transformados em índices, referentes à dimensão social. Pode-se destacar nesta dimensão o território do Vale do Ribeira o qual possui o menor IDTR social. Esta região possui os piores indicadores entre os territórios considerados. Uma variável que merece destaque deste território é a variável OBTMENOR1 (Óbitos de menores de 1 ano por 1000 nascidos), pois este território apresentou o maior número de óbitos de menores de 1 ano por 1000 nascidos. Em contrapartida, os territórios Sudoeste Paranaense e Norte Pioneiro, apresentaram os melhores indicadores.

**Quadro 3:** Dimensão social

Territórios Rurais	Variáveis							IDTR-Social
	IDHLONG	OBTMENORI	NCONSENER	CONSENER	PROPESGO	PROPLIXO	PROPAGUA	
Cantuquiriguaçu	0,34	0,58	0,87	1,00	0,65	0,61	0,56	0,66
Centro-Sul	0,53	0,77	0,06	0,03	0,61	0,41	0,28	0,38
Paraná Centro	0,27	0,40	0,37	0,31	0,00	0,18	0,11	0,23
Sudoeste Paranaense	1,00	0,00	1,00	0,75	0,29	0,37	0,40	0,54
Vale do Ribeira	0,47	1,00	0,04	0,00	0,02	0,08	0,00	0,23
Caminhos do Tibagi	0,00	0,74	0,00	0,00	1,00	0,00	0,27	0,29
Norte Pioneiro	0,50	0,71	0,86	0,69	0,33	1,00	1,00	0,73

Fonte: Resultado da Pesquisa

Analisando o Quadro 4, a dimensão demográfica, observa-se que o pior território nesta dimensão é Caminhos do Tibagi, pois apresentou um IDTR de-



mográfico de 0,14, seguido do Vale do Ribeira. O território Caminhos do Tibagi apresentou a menor densidade demográfica rural com 5 habitantes por Km<sup>2</sup>. (IPARDES, 2010). Seguindo a mesma tendência da dimensão social, o território Sudoeste Paranaense apresentou elevados valores das variáveis para a dimensão demográfica, uma vez que esta região é caracterizada com uma predominância da agricultura familiar. Um território que merece destaque é o Centro Sul, o qual apresentou altos valores nesta dimensão, refletindo no seu IDTR-demográfico de 0,67.

**Quadro 4:** Dimensão demográfica

Territórios Rurais	Variáveis			IDTR-Demográfico
	DENSID	PESSOCUP	POPRURAL	
Cantuquiriguaçu	0,48	0,30	1,00	0,59
Centro-Sul	0,94	0,14	0,92	0,67
Paraná Centro	0,45	0,57	0,37	0,46
Sudoeste Paranaense	1,00	0,77	0,35	0,71
Vale do Ribeira	0,35	0,00	0,84	0,40
Caminhos do Tibagi	0,00	0,27	0,16	0,14
Norte Pioneiro	0,42	1,00	0,00	0,47

Fonte: Resultado da Pesquisa

Com respeito à dimensão político institucional, vide o Quadro 5, percebe-se, que os territórios Sudoeste Paranaense e Centro Sul, são os que possuem os maiores IDRT, pois possuem variáveis com elevados valores nesta dimensão.

**Quadro 5:** Dimensão político institucional

Territórios Rurais	Variáveis				IDTR-Político Institucional
	TRAS/RECEI	PELEIANALF	PELELEESC	IDHEDU	
Cantuquiriguaçu	0,20	0,29	0,80	0,46	0,57
Centro-Sul	0,30	0,93	0,65	0,68	0,84
Paraná Centro	0,54	0,47	0,00	0,36	0,42
Sudoeste Paranaense	0,35	1,00	0,40	0,69	1,00
Vale do Ribeira	0,34	0,21	1,00	0,39	0,00
Caminhos do Tibagi	1,00	0,00	0,58	0,42	0,10
Norte Pioneiro	0,00	0,51	0,04	0,27	0,52

Fonte: Resultado da Pesquisa

Por sua vez, o Quadro 6 demonstra a dimensão econômica. O que chama a atenção desta dimensão é superioridade do IDRT para o território Sudoeste Paranaense o qual apresentou um valor de 0,96. Pode-se dizer que um dos motivos para este território se diferenciar dos demais é que este território apresenta uma maior inclusão nos mercados internacionais, devido ao valor das exportações relativo à população, segundo Waquil et al. (2007).

**Quadro 6:** Dimensão econômica

Territórios Rurais	Variáveis				IDTR-Econômico
	VBP/PESSO-CUP	VBP/ESTAB	IDHREND	FINAN	
Cantuquiriguaçu	0,63	0,41	0,49	0,22	0,44
Centro-Sul	1,00	1,00	0,47	0,31	0,70
Paraná Centro	0,13	0,00	0,08	0,47	0,17
Sudoeste Paranaense	0,98	0,86	1,00	1,00	0,96
Vale do Ribeira	0,37	0,85	0,00	0,00	0,31
Caminhos do Tibagi	0,30	0,25	0,46	0,23	0,31
Norte Pioneiro	0,00	0,00	0,83	0,24	0,27

Fonte: Resultado da Pesquisa

Por fim, o Quadro 7 demonstra os resultados para a dimensão ambiental. Analisando-se este quadro, juntamente com a Figura 6 (biograma da dimensão ambiental), verifica-se que esta dimensão apresenta uma distribuição do IDTR mais homogênea entre os territórios.

**Quadro 7:** Dimensão ambiental

Territórios Rurais	Variáveis										IDTR-Ambiental
	Amb1	Amb2	Amb3	Amb4	Amb5	Amb6	Amb7	Amb8	Amb9	Amb10	
Cantuquiriguaçu	0,56	0,85	0,90	0,53	0,74	0,21	0,77	0,67	0,36	0,25	0,58
Centro-Sul	1,00	0,62	0,62	0,22	0,65	0,00	0,00	0,85	0,14	0,25	0,44
Paraná Centro	0,00	0,58	0,92	0,22	0,65	0,69	0,72	0,68	0,00	0,00	0,45
Sudoeste Paranaense	0,40	1,00	1,00	0,00	0,85	1,00	1,00	1,00	0,08	0,00	0,63
Vale do Ribeira	0,63	0,00	0,95	0,67	0,00	0,65	0,38	0,48	1,00	1,00	0,57
Caminhos do Tibagi	0,80	0,15	0,00	1,00	0,88	0,82	0,84	0,00	0,36	0,63	0,55
Norte Pioneiro	0,43	0,57	0,91	0,11	1,00	0,78	0,61	0,35	0,38	0,28	0,54

Fonte: Resultado da Pesquisa

O Quadro 8 apresenta o Índice de Desenvolvimento Territorial Rural - IDTR para cada uma das dimensões, a média aritmética e a média harmônica

do IDRT, para cada um dos territórios rurais. Analisando esta tabela, percebe-se uma variabilidade muito grande tanto entre os índices de um território quanto o mesmo índice para territórios diferentes.

Outro ponto a ser destacado é a diferença entre o IDRT obtido pela média aritmética e o IDRT obtido pela média harmônica, representados pela sétima e oitava colunas do Quadro 8. Isto ocorre por conta da média harmônica valorizar o equilíbrio entre as cinco dimensões, desta forma, a média harmônica será menor ou igual à média aritmética e quanto maior for o equilíbrio entre os valores mais próximos estarão os resultados encontrados.

Os resultados de trabalho apontam que o território rural do Sudeste Paranaense é o território que apresentou o maior valor de IDRT (média harmônica), ao passo que o território Caminhos do Tibagi apresentou o menor IDRT (média harmônica).

**Quadro 8:** Índice de desenvolvimento territorial rural e *ranking*

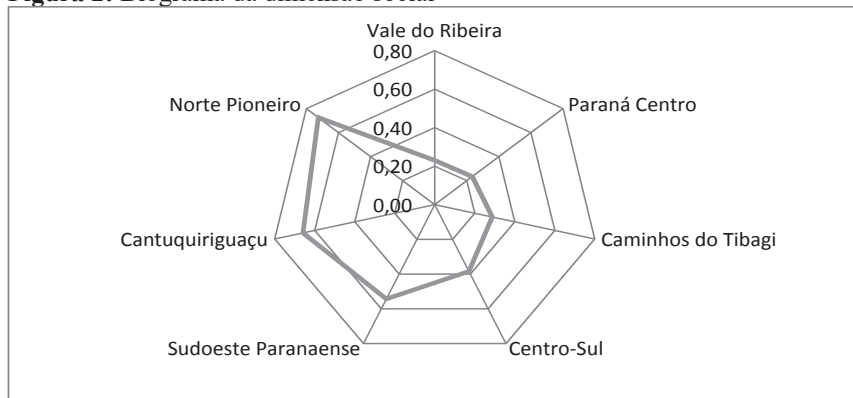
Territórios	IDTR Social	IDTR Demográfico	IDTR Político	IDTR Econômico	IDTR Ambiental	IDTR (Méd. Arít)	IDTR (Méd. Har)	Ranking (Méd. Har)
Sudoeste Paranaense	0,54	0,71	0,69	0,96	0,63	0,71	0,68	1
Centro-Sul	0,38	0,67	0,68	0,70	0,44	0,57	0,54	2
Cantuquiriguaçu	0,66	0,59	0,46	0,44	0,58	0,55	0,53	3
Norte Pioneiro	0,73	0,47	0,27	0,27	0,54	0,46	0,39	4
Vale do Ribeira	0,23	0,40	0,39	0,31	0,57	0,38	0,35	5
Caminhos do Tibagi	0,29	0,14	0,42	0,31	0,55	0,34	0,28	7
Paraná Centro	0,23	0,46	0,36	0,17	0,45	0,33	0,29	6

Fonte: Resultado da Pesquisa

Como base nos resultados alcançados, pode-se construir um biograma para cada uma das dimensões e para cada um dos territórios. Um biograma é uma representação gráfica do estado de um determinado sistema em um ponto específico no tempo. Por meio do biograma consegue-se visualizar os diferentes “graus de desenvolvimento, seus aparentes desequilíbrios entre as dimensões, assim como possíveis conflitos existentes.” (WAQUIL et al., 2007, p. 9). Os biogramas são representados por um gráfico do tipo “radar”, onde cada dimensão é representada em um eixo próprio, todos irradiando de um ponto central. No presente estudo apresenta-se o biograma com 5 lados, representando as cinco dimensões analisadas.

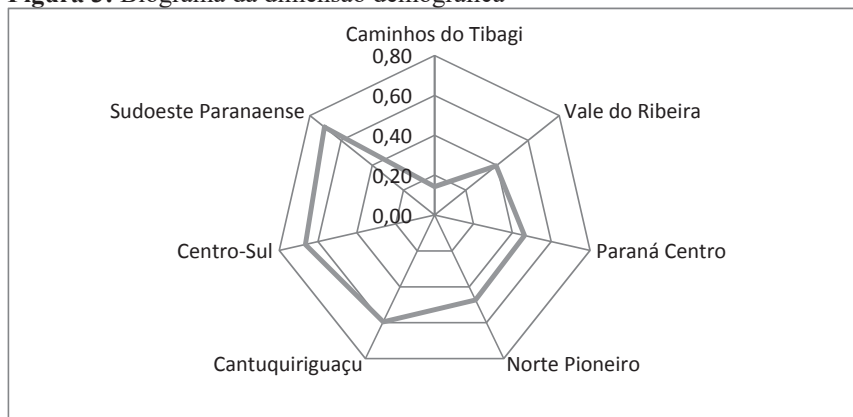
As Figuras de número 2 a 6 apresentam o biograma para cada uma das cinco dimensões. Analisando estes biogramas percebe-se claramente a heterogeneidade dos territórios com relação a cada uma das dimensões, com exceção da dimensão ambiental, a qual apresentou uma distribuição mais homogênea entre os territórios analisados (Figura 6).

**Figura 2:** Biograma da dimensão social



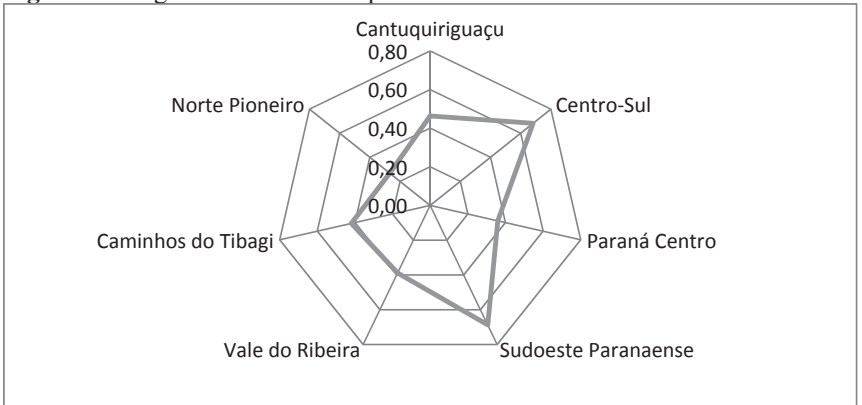
Fonte: Resultado da Pesquisa

**Figura 3:** Biograma da dimensão demográfica



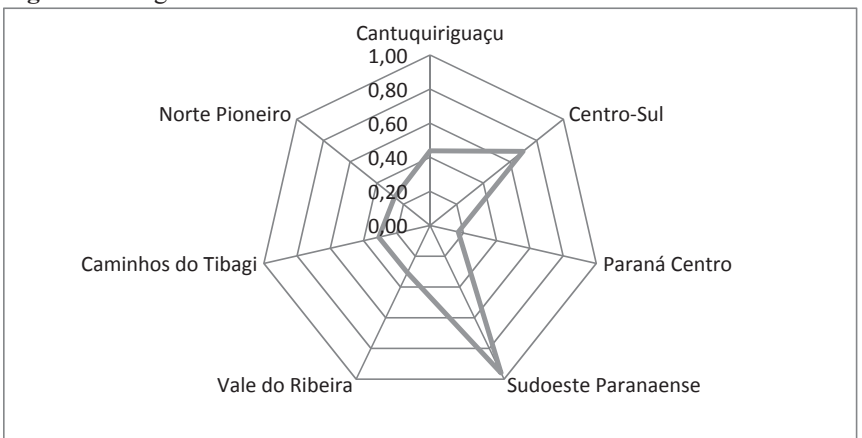
Fonte: Resultado da Pesquisa

**Figura 4:** Biograma da dimensão político institucional

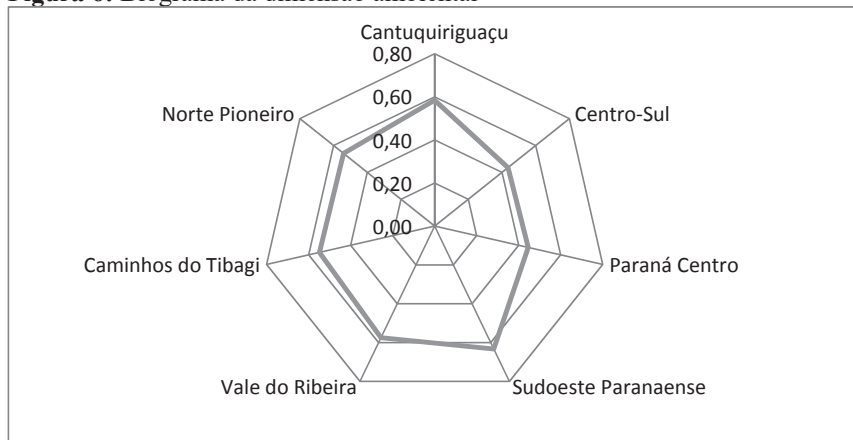


Fonte: Resultado da Pesquisa

**Figura 5:** Biograma da dimensão econômica



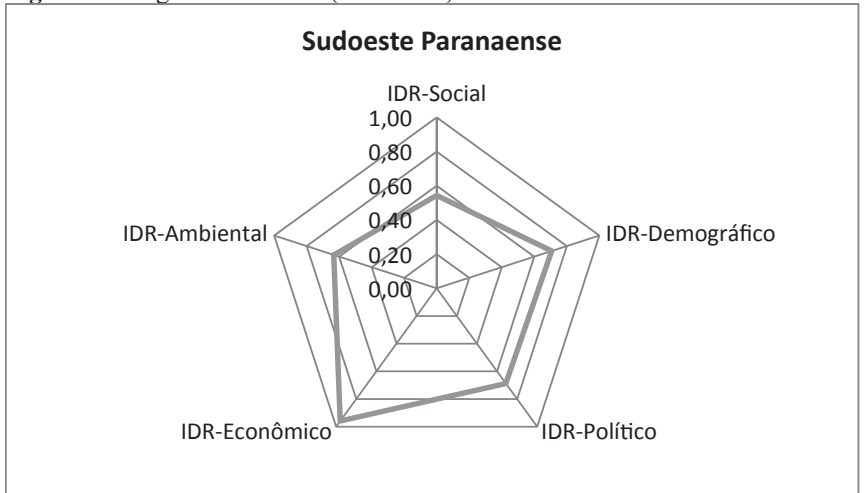
Fonte: Resultado da Pesquisa

**Figura 6:** Biograma da dimensão ambiental

Fonte: Resultado da Pesquisa

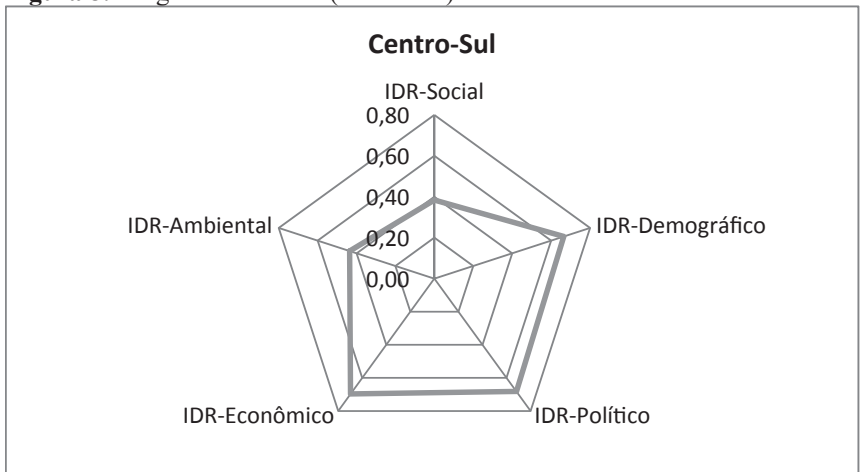
Por sua vez, as Figuras de número 7 a 13, apresentam o biograma do IDRT calculado pela média harmônica para os territórios: Sudoeste Paranaense, Centro-Sul, Cantuquiriguaçu, Norte Pioneiro, Vale do Ribeira, Paraná Centro e Caminhos do Tibagi, respectivamente. Observando-se os biogramas, verifica-se que todos os territórios apresentam um desequilíbrio com relação ao IDTR. Porém, os territórios Sudoeste Paranaense, Centro Sul e Cantuquiriguaçu, apresentam certo equilíbrio entre as cinco dimensões estudadas. Nota-se, todavia, que os demais territórios, Norte Pioneiro, Vale do Ribeira, Paraná Centro e Caminhos do Tibagi, apresentam-se totalmente desequilibrados.

**Figura 7:** Biograma do IDRT (Méd. Har.) do território Sudoeste Paranaense

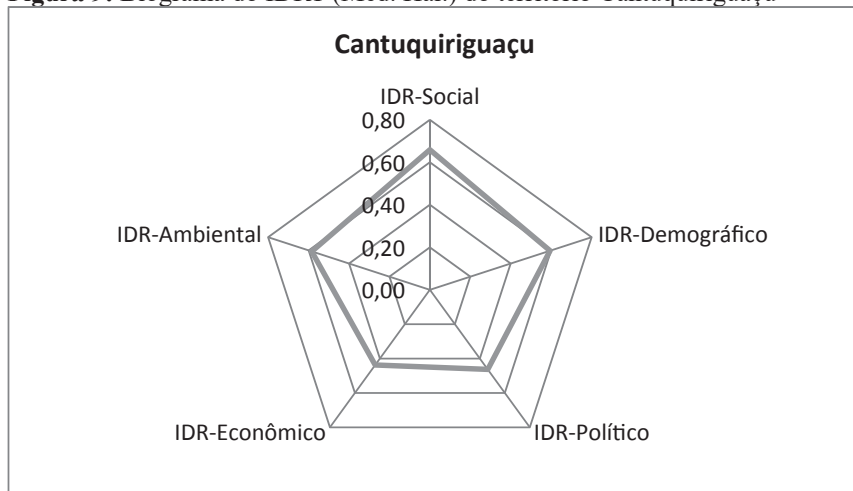


Fonte: Resultados da pesquisa

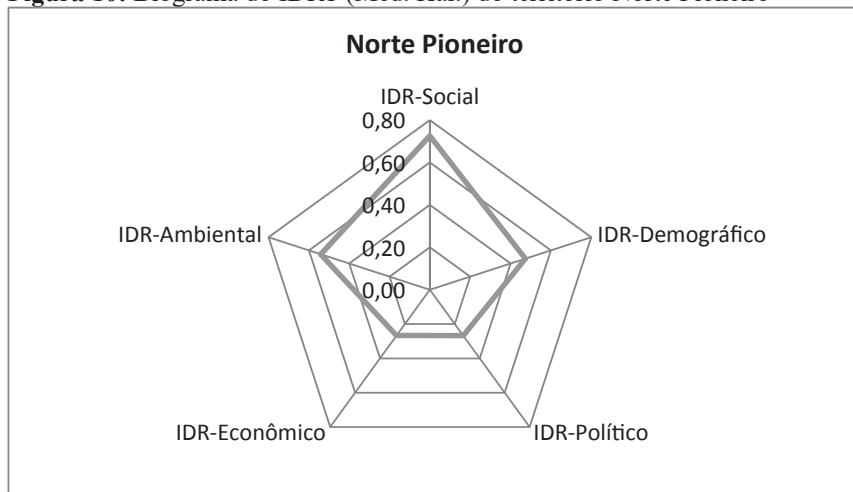
**Figura 8:** Biograma do IDRT (Méd. Har.) do território Centro-Sul



Fonte: Resultados da pesquisa

**Figura 9:** Biograma do IDRT (Méd. Har.) do território Cantuquiriguaçu

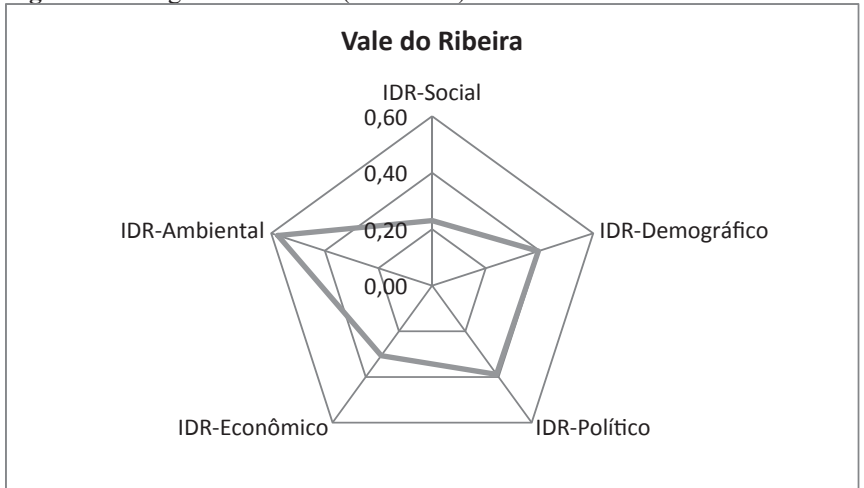
Fonte: Resultados da pesquisa

**Figura 10:** Biograma do IDRT (Méd. Har.) do território Norte Pioneiro

Fonte: Resultados da pesquisa

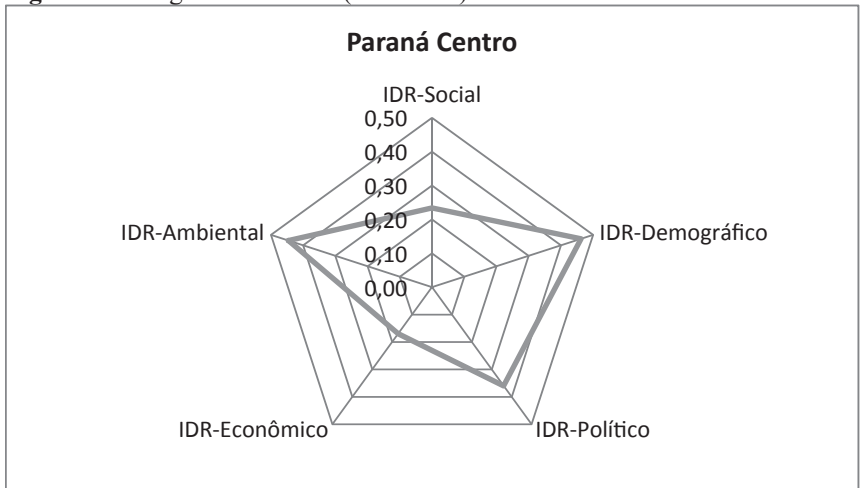


**Figura 11:** Biograma do IDRT (Méd. Har.) do território Vale do Ribeira

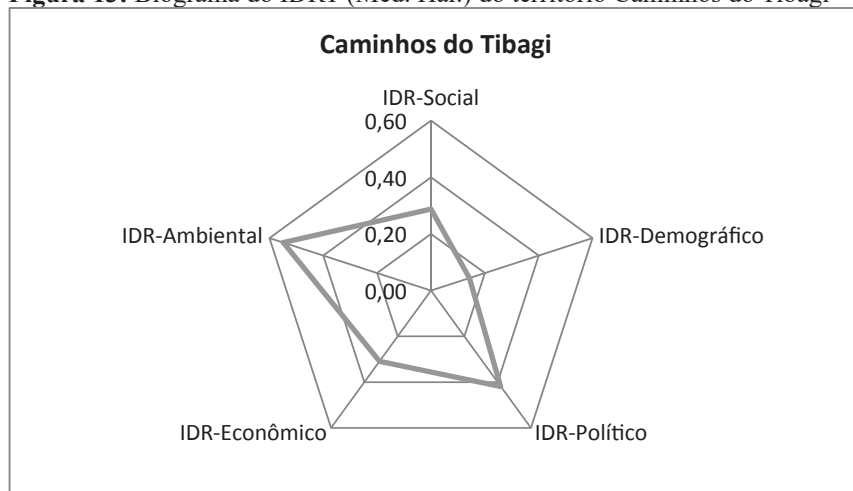


Fonte: Resultados da pesquisa

**Figura 12:** Biograma do IDRT (Méd. Har.) do território Paraná Centro



Fonte: Resultados da pesquisa

**Figura 13:** Biograma do IDRT (Méd. Har.) do território Caminhos do Tibagi

Fonte: Resultados da pesquisa

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou demonstrar o grau de desenvolvimento rural para os sete territórios rurais do estado do Paraná, por meio da elaboração de um indicador sintético, o IDRT, utilizando variáveis de cunho social, demográfico, político institucional, econômico e ambiental.

Verificou-se que o grau de desenvolvimento dos territórios rurais está distribuído de forma heterogênea entre os territórios e as dimensões. Sendo assim, concluiu-se que o território que apresentou o melhor indicador no agregado foi o território Sudoeste Paranaense, o pior foi o território Caminhos do Tibagi.

Mediante os dados expostos, verifica-se que o desenvolvimento rural é um processo que vai além do crescimento do produto de uma região, ou seja, é um conjunto de práticas que gera melhoria das condições de vida da população, da qualidade dos produtos e serviços, ou seja, é um método multidimensional.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ACCARINI, J. H. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso

brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987.

ALBUQUERQUE, M. C.; NICOL, R. **Economia agrícola**: o setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras: Celta, 2001.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 290 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DRIVEN, M. El empleo rural no agrícola y la diversidad en América Latina. **Revista de la CEPAL**, n. 83, p. 49-69, ago. 2004.

ELLIS, F. Survey article: Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, v. 35, n. 1, p. 1-38. 1998.

ELLIS, F. Rural livelihood diversity in developing countries: evidence and policy implications. **Natural Resource Perspectives**, n. 40, abr. 1999.  
Disponível em: <<http://www.odi.org.uk/nrp/40.html>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

EPSTEIN, T. S.; JEZEPEH, D. Development-there is another way: a rural urban partnership development paradigm. **World Development**, v. 29, n. 8, p. 1443-1454, 2001.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

GOMEZ, S. E. Nueva ruralidade? un aporte al debate. **Estudios Sociedade e Agricultura**, n. 17, p. 5-32, 2001.

GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter**: pseudometamorfose da agricultura

brasileira. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. New Haven, USA: Yale University Press, 1958.

HITE, J. **The Thünen model as a paradigma for rural development**. Clemson University. 1999. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/krumme/450/thunen.html>>. Acesso em: 27 maio 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2000**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO NAZIONALE DI ECONOMIA AGRÁRIA – INEA. **Tipologie di aree rurali in Italia**. Roma: INEA, 2000.

INSTITUTO PARANANENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Anuário Estatístico do Paraná**, 2004. Curitiba: IPARDES, 2004.

JOHNSTON, B. F.; MELLOR, J. W. The role of agriculture in economic development. **The American Economic Review**, v. 51, n. 4, p. 566-593, 1961.

JORGE, F. T.; MOREIRA, J. O. C. **Economia**. São Paulo: Atlas, 1995.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

KUZNETS, S. S. **Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão**. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção Os Economistas).

MELO, C. O. **Caracterização do desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: uma análise com base na estatística multivariada**. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Economia) -Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Maringá, 2006.

MIILER, M.; LULLOF, A. E. Who is rural? A typological approach to the examination of rurality. **Rural Sociology**, v. 46, n. 4, p. 608-623. 1981.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: PINHO, D. B.; VASCONSELOS, M. A. S. (Org.). **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957.

NAFZIGER, E. W. **Economic development**. 4. ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

PERROUX, F. **Note sur la notion de pôle de croissance**, Paris: Économie Appliquée, 1955.

PLOEG, J. D. V. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 497-511, 2000.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento no oeste do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. 2005. 261 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. Fronteiras em movimento: o caso da migração e do desenvolvimento no Oeste do Paraná, 1950 – 2010. **Seminários de Demografia** - Cedeplar - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisa Pós-Doutoral, Belo Horizonte - MG, 22 maio 2013.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT. **Resultado da gestão territorial**: gestão de projetos. Sistema de Gestão Estratégica – SGE. MDA, 2004 a 2010.

SARACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualization. **Journal of Rural Studies**, v. 10, n. 4, p. 320-330, 1994.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável**: métodos para planejamento local. Brasília: Instituto Inter-Americano de Cooperação Agrícola, 2005.

SOROKIN, P. A. et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J. S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

STANKIEWICZ, A. **Pobreza e meio ambiente no estado do Paraná**: uma análise municipal. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p. 327-444, 2003.

VAN DEPOELE, L. The European model of agriculture (EMA): multifunctional agriculture and multisectoral rural development. In: INTERNATIONAL CONFERENCE EUROPEAN RURAL POLICY AT THE CROSSROADS, 2000, Aberdeen. **Annals...** Aberdeen: Conference Papers, 2000. Disponível em: <[www.abdn.ac.uk/arkleton/conf2000/](http://www.abdn.ac.uk/arkleton/conf2000/)>. Acesso em: 5 jun. 2010.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, territórios e agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

WAQUIL, P. D. et al. Para medir o desenvolvimento territorial rural: validação de uma proposta metodológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/476.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2010.

WIGGINS, P.; PROCTOR, S. How special are rural areas? The economic implications of location for rural development. **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 427-436. 2001.